

# Professor terá que esperar

16 OUT 2003

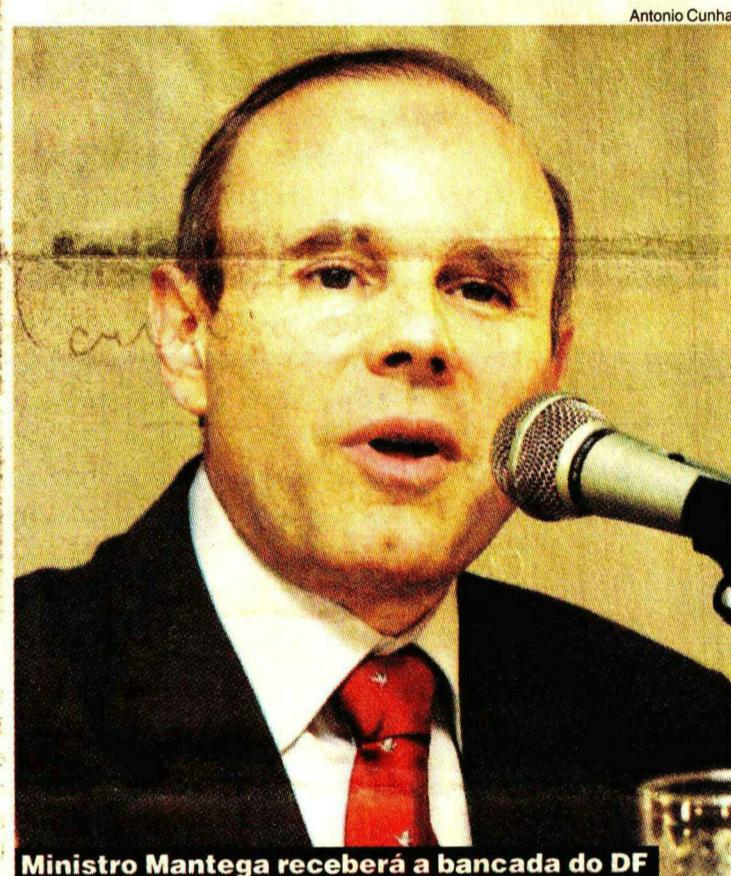
**GDF REMETE À CÂMARA PROJETO DE PLANO DE CARREIRA DA EDUCAÇÃO. APROVAÇÃO DEPENDE DE VERBA DO FUNDO**

**Nilo Martins**

**A** líder do governo, Eurides Brito, considerou ótima a proposta de plano de carreira dos professores, apresentada ontem à Câmara. "Se os servidores não estiverem satisfeitos, podem procurar um plano melhor do que este em todo o Brasil. Se eles conseguirem encontrar, o GDF rasga esta proposta e implementa a outra automaticamente", declarou Eurides. Na proposta, afirmou a deputada, "não estão incluídas as

gratificações de alfabetização, de Ensino Especial de Zona Rural, nem a de titulação, que elevam o vencimento para todos os que fazem jus a ela".

A líder do governo, Eurides Brito (PMDB), esclareceu, no entanto, que o projeto não será protocolado por enquanto. O governo vai esperar que o Ministério do Planejamento libere os R\$ 200 milhões do Fundo Constitucional do DF, referentes ao erro de cálculo cometido pela equipe técnica do Ministério do Planejamento. O din-



## Resposta sai quinta-feira

**Vanessa Cordeiro**

Professores e médicos vão saber, daqui a sete dias, se o governo local terá ou não dinheiro para implementar o plano de cargos e salários da saúde e da educação. O ministro do Planejamento, Guido Mantega, vai receber a bancada do DF no Congresso Nacional na próxima quinta-feira, para responder se os R\$ 202 milhões que estão faltando nos repasses do Fundo Constitucional do DF (FCDF) serão incluídos no orçamento 2004 ou não.

A bancada do DF está confiante de que o ministro corrigirá o repasse para o FCDF e encaminhará uma mensagem para a Comissão Mista de Orçamento, que está analisando a proposta orçamentária. "Tenho certeza de que a resposta do ministro Mantega será positiva", afirma o deputado federal Alberto Fraga (PMDB). "Principalmente porque a equipe de técnicos já reconheceu o déficit". A confiança dos parlamentares é reforçada pela confirmação do ministro, em audiência pública na Comissão, de que "o FCDF será reajustado de acordo com a lei".

A proposta encaminhada pelo Ministério do Planejamento prevê um repasse de R\$ 3,755 bilhões.

Com a aplicação da variação da Receita Corrente Líquida da União entre junho do ano passado e julho deste ano, como prevê a Lei N° 10.633, esse valor muda para R\$ 3.957 bilhões. O deputado federal Wasny de Roura (PT) lembra que o governo federal está enfrentando uma fase de arocho orçamentário. "Mas o ministro já disse que estava corrigindo o Fundo". Wasny está tentando marcar um encontro com o relator do orçamento, deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ), para discutir esse assunto.

A reunião com Mantega, no Palácio do Planalto, contará com a participação do ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu. A audiência foi marcada pelo deputado federal Sigmaringa Seixas (PT-DF). "O ministro ainda não respondeu se será possível corrigir o Fundo. Mas o GDF não pode condicionar a aprovação do plano de cargos e salários dos professores a isso", critica Sigmaringa. "O Fundo é corrigido pela variação da Receita Corrente Líquida da União, que é imprevisível".

A secretaria de Gestão Administrativa, Cecília Landim, rebate que, se não é possível prever o aumento da receita, há a certeza de que a União não terá prejuízo.